

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA



14 DE SETEMBRO DE 2021



**CENTRO DE INTELIGÊNCIA
DA JUSTIÇA ESTADUAL DO PARÁ**

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CIJEPA

Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
14.9.2021	10h	11h50min	Videoconferência – Microsoft Teams

Pauta

Item	Descrição
1	Validação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do Cijepa;
2	Retorno das providências decorrentes das deliberações da última reunião;
3	Proposta de Regulamentação do Selo Empresa Amiga da Justiça.

Participantes

Nº	Nome do membro do Grupo Operacional	Órgão/Tribunal	Registro participação ¹
1	Daniel Ribeiro Dacier Lobato	Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA	A
2	Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TJPA	P
3	Kátia Parente Sena	Juíza Titular da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital	P
4	João Valério de Moura Júnior	Juiz titular da Vara Criminal da Comarca de Rondon do Pará	P
5	Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade	Juiz titular da Vara Criminal de Itaituba	P
6	Camila Amado Soares	Servidora Coordenadora do Nugepnac	P
7	David Jacob Bastos	Assessor da Presidência	P
8	Luiz Artur Saraiva Filho	Servidor do Nugepnac	P
9	Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante	Servidor do Nugepnac	P

I – Abertura da reunião:

- O Dr. César Augusto Puty Paiva Rodrigues fez a abertura da reunião e passou a palavra à servidora Camila Amado Soares, quem fez a leitura sucinta de todos os temas discutidos na 5ª Reunião Ordinária do Cijepa para a aprovação da respectiva ata, o que ocorreu sem objeção dos membros integrantes do referido centro.

¹ P (presente)
A (ausente)

II – Em Pauta: RETORNO DAS PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DAS DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO

A servidora Camila declarou que, no dia 31.8.21, foi encaminhado siga-doc para a Secretaria de Informática, solicitando a integração da plataforma consumidor.gov com o sistema PJe. O expediente foi recebido, tendo logo sido determinado pela servidora de prenome Simone, responsável à época pela secretaria, as providências necessárias à satisfação do pleito. Mencionou, ainda, que espera apresentar esse produto na oficina de inteligência e inovação para os magistrados, a ser realizada no futuro pelo TJPA.

Com relação ao levantamento de informações e tratamento dos grandes litigantes de direito privado, cadastrados na plataforma consumidor.gov, a servidora preparou um material sobre o assunto e o mostrou na reunião realizada com as empresas, tendo sido registrado, naquele momento, que apenas dois grandes litigantes ainda não haviam aderido à referida ferramenta digital, as empresas Norte Energia e a Planner Corretora de Valores S.A. Foi declarado, também, que o tempo médio de solução das empresas que participam desse banco de dados e plataforma digital é de, no máximo, 10 (dez) dias, com satisfação de 70% nas reclamações. Desta forma, o atual momento é o de fomento da plataforma consumidor.gov para que haja mais adesão e amplitude. Tem se percebido um grande interesse das empresas em tais ferramentas, tanto que tem surgido vários pedidos ao Cijepa para inclusão no sistema.

O grupo operacional do Cijepa propôs fazer a mesma campanha institucional com os grandes litigantes da esfera pública, dado o êxito do mecanismo aplicado ao tratamento dos conflitos com as empresas privadas consideradas grandes litigantes.

No que tange ao levantamento dos processos cadastrados nos sistemas judiciais com assunto relacionado ao “piso salarial do magistério paraense”, a servidora Camila pontuou que existem aproximadamente 6 (seis) mil processos em curso no TJPA. Além disso, existe um recurso repetitivo sobre essa matéria nos Tribunais Superiores, o que exige o cotejo entre a controvérsia trazida nos autos que tramitam neste tribunal, com a tese firmada pelo STJ, para verificar a prejudicialidade ou não da admissibilidade do IRDR no âmbito do TJPA.

III – Em Pauta: PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DO SELO EMPRESA AMIGA DA JUSTIÇA.

Foi apresentada minuta prévia aos integrantes do grupo operacional do Cijepa, elaborada a partir da Regulamentação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sobre o projeto de concessão do selo “Empresa Amiga da Justiça”. Na ocasião, foi sugerida a criação de mais um item para contemplar a empresa que, de alguma maneira, coopera, com boas práticas, para que o TJPA exerça a prestação jurisdicional. Houve consenso em analisar a possibilidade de flexibilizar e desburocratizar a concessão do referido selo.

IV. Extra pauta:

O Dr. César Augusto Puty Paiva Rodrigues abordou o assunto relacionado aos esforços engendrados pelos integrantes do Cijepa em dar continuidade às tratativas de cooperação, para uso da ferramenta de inteligência artificial Berna, com o Tribunal de Justiça de Goiás, sugerindo o agendamento de uma reunião com a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para expor o andamento e a situação em que se encontra esse diálogo institucional, o que foi acatado pelos demais integrantes do centro de inteligência que se encontravam presentes na reunião.

Em seguida, a Dra. Kátia Parente Sena sugeriu a elaboração de uma oficina de inteligência de inovação para os magistrados compartilharem boas práticas no exercício da função jurisdicional. Mencionou, também, que é necessário abrir edital para inscrição dos membros nesse ateliê colaborativo de ideias e boas práticas jurídicas. Na ocasião, o Dr. João Valério de Moura Júnior sugeriu uma parceria entre a oficina e o laboratório de inovação do TJPA, até para serem explicadas, e esclarecidas, suas atribuições no serviço da prestação jurisdicional. No mais, restou acordado entre os membros da reunião que o evento deveria entregar algum produto no dia da oficina, seja a apresentação do referido laboratório, seja a interação do TJPA com a ferramenta consumidor.gov; seja uma nota técnica sobre tecnologia, a exemplo da ferramenta de inteligência artificial pretendida pelo TJPA. De fato, algum produto que traga benefícios à solução de problemas no judiciário paraense. A previsão para realização da oficina é depois de meados de novembro de 2021.

Outro ponto fomentado pela Dra. Kátia Parente Sena foi o estudo que o Cijepa poderá fazer, no futuro, sobre as execuções fiscais e os grandes litigantes; um tema para estar no radar do centro de inteligência.

Por fim, o grupo operacional do Cijepa sugeriu que seja verificada a viabilidade de ser feito um termo de cooperação entre o TJPA e a Procuradoria Geral do Município – PGM - para que peritos do Município de Belém atuem nos processos das Varas Judiciárias da Capital, com competência no direito privado, quando houver deferimento do benefício da justiça gratuita a uma das partes.

A reunião foi interrompida às 11hs50min devido à queda de conectividade de todos os participantes, por problema no datacenter do TJPA.

IV - Deliberações:

- 1) Os servidores Camila Amado e David Bastos deverão fazer ajustes na proposta de regulamentação do selo “Empresa Amiga da Justiça”, incluindo item mais flexível para concessão do selo e tentar desburocratizar o seu procedimento, além de verificar com o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística – DPGE – do TJPA a possibilidade de serem extraídos dados aptos a aferir a redução do número de processos judiciais de determinada empresa considerada grande litigante;

- 2) Apresentar a proposta de regulamentação do selo “Empresa Amiga da Justiça”, realizadas as sugestões deliberadas em reunião;
- 3) Agendar reunião presencial com a Presidente do TJPA para expor o andamento do diálogo institucional com o TJGO, acerca do uso da ferramenta de inteligência artificial Berna;
- 4) Organizar a 2ª oficina de inteligência e inovação entre os magistrados, a fim de que compartilhem boas práticas judiciárias. Previsão de realização na 2ª quinzena do mês de novembro de 2021;
- 5) Averiguar a viabilidade de formar um termo de cooperação entre o TJPA e a PGM para que os peritos do Município de Belém atuem nos processos das Varas Judiciárias da Capital, com competência no direito privado, quando houver deferimento de benefício da justiça gratuita a uma das partes litigantes.

V - Registro da quinta reunião do Cijepa:

